

O papel do Banco do Brasil na economia brasileira

1

1. Introdução – contexto atual

O Banco do Brasil comemorou em 2008 o seu bicentenário apresentando números grandiosos em relação ao lucro auferido, a clientes, a operações efetuadas, a agências em funcionamento e quadro de funcionários. Os dados apresentados em 2009 não ficaram para trás, neles o lucro apresentado foi de R\$ 10,148 bilhões, superando em 15,3% o de 2008 e abatendo, de uma vez por todas, o seu rival o Banco Itaú-Unibanco que o havia superado no ano anterior. No tocante ao volume da carteira de crédito os números impressionam, R\$ 300,829 bilhões, um incremento de 33,8% em 12 meses, puxados sobremaneira pela evolução do segmento de pessoa física. Por fim, o Banco do Brasil encerrou 2009 com ativos totais que somaram R\$ 708,549 bilhões, ante R\$ 521,273 bilhões de um ano antes, um avanço de 35,9%. Os números impressionam ao leitor, pois afinal um banco de “mercado” (varejo) deve, em tese, apresentar um quadro financeiro sempre repleto de bons resultados.

O que talvez tenha passado despercebido seja o caráter do processo. A alegria expressa pela direção do Banco do Brasil diante dos resultados e pelo retorno à posição de banco n.º 01 do País, coloca diante do imaginário popular um sentido de algo benéfico para o povo brasileiro. Infelizmente, isso não é verdade. Apesar dos resultados positivos, estes se construíram numa perspectiva de mercado, numa visão de exploração e prospecção de lucros nos mais distintos setores e segmentos da economia e da sociedade brasileira.

As práticas comerciais e negociais do Banco do Brasil desde o início dos anos 1990 e acentuadas a partir de 1995, visam o lucro pelo lucro e nada diferente disso. Essa postura manteve-se, praticamente, inalterada ao longo dos oito anos de mandato do

presidente Lula. Um pouco disso pode ser vislumbrado na participação do Banco no crédito rural na safra 2003/2004, no montante de R\$ 20,590 bilhões (em média 53,77% do total de crédito rural ofertado pelo Sistema Financeiro Nacional). Neste mesmo período de safra, o percentual dedicado à agricultura familiar foi de 16,62%, ou seja, R\$ 3,422 bilhões. Já o total de crédito rural aplicado em 2009, conforme dados do Banco Central, computando bancos oficiais e privados ficou no montante de R\$ 75,186 bilhões e desses o Banco do Brasil aplicou cerca de R\$ 38,039 bilhões (uma parte maior para o agronegócios e outra menor para a agricultura familiar). Esse valor corresponde a uma participação de apenas 50,59% do total de crédito rural aplicado no País. Isso demonstra que apesar do aumento do volume de recursos destinados ao crédito rural a participação efetiva do Banco do Brasil vem caindo percentualmente, muito diferente daquela dos anos 1970 e 1980, na qual era responsável por cerca de 80% do crédito agropecuário do País.

Não bastasse esse caminho, o Banco do Brasil vem aplicando, vergonhosamente, em diversos produtos financeiros, taxas de juros muito elevadas para um banco que deveria ser o moderador do sistema financeiro nacional. Para se ter uma ideia, conforme dados do Banco Central, a taxa de juros praticada pelo Banco do Brasil para o cheque especial – pessoa física ficou em 7,71% a.m. (143,82% a.a) na última semana de abril/2010, muito próxima dos 9,50% da Taxa SELIC, só que esta é anual. O Banco ficou com a 20ª. maior taxa numa comparação entre 33 instituições financeiras, perdendo para bancos menores que aplicaram taxas de cerca de 2,10% a.m., em média, nas primeiras posições. Até a Caixa Econômica Federal teve uma taxa menor (embora nem tanto).

Mas, isso não é tudo. Além do

afastamento do crédito rural, de produtos financeiros com taxas elevadas, o Banco do Brasil ainda pratica em seus clientes a desenfreada política de captação recursos ditada pelas metas do Acordo de Trabalho (ATB). Os clientes veem-se obrigados a comprar os produtos da “moda” que o “Sinergia” determina em suas campanhas pela conquista das “medalhas” de ouro, prata e bronze, as quais definem as posições no “ranking” das agências. Isso tudo, para gerar *funding* (fundos de recursos) para que o Banco possa exercer suas atividades creditícias. O mais incrível desse processo é que o Banco do Brasil capta recursos dos clientes através dos métodos elencados acima, com a cobrança de taxas e tarifas, que não são baratas, e retorna a esses mesmos clientes, os mesmos recursos na forma de empréstimos e financiamentos, só que com taxas de juros muito elevadas. Fica difícil aceitar essa lógica de mercado para um banco público.

Para que o processo descrito até agora possa funcionar é preciso a adoção de um conjunto de ideias fundamentais, ou seja, de um padrão ideológico. O Banco do Brasil vem praticando e enraizando uma visão ideológica estritamente de mercado dentro da organização. Os modelos e procedimentos adotados até agora, partem do pressuposto básico de que o Banco deve gerar lucro, com o propósito seguinte de gerar mais lucro. Desse modo, qualquer política, segmento social, entidade ou pessoa que se coloquem contra essa visão são considerados inimigos ou obstáculos ao livre curso da idolatria ao lucro no Banco do Brasil.

Assim, é possível compreender o porquê de velinhos e velhinhas (aposentados ou não) serem jogados para os terminais de autoatendimento, obrigados a decorar senhas e mais senhas, e não serem atendidos com o respeito que merecem.

Também pode-se compreender o porquê dos mais pobres e humildes não poderem ser atendidos pelos funcionários (as) das agências e serem jogados para o autoatendimento. De outro lado, também se entende os porquês da “segmentação” dos clientes, dentro da lógica de mercado, na qual os clientes mais ricos e abastados têm atendimento especial, com sala reservada e funcionário(a) particular. Isso também, sem falar no preconceito que pequenos produtores e suas entidades representativas (mais os movimentos populares) são submetidos pelos ditames da política de mercado do Banco do Brasil.

O interessante desse processo vergonhoso é que isso se tornou algo natural, plenamente assimilado pela organização. A competição e o “espírito predatório” (termo usado por Thorstein Veblen) fazem parte do dia a dia do Banco do Brasil. A estrutura organizacional e funcional do Banco tornou-se uma teia intrincada de relações de poder, na qual a hierarquia e a fidelidade entre superior e subordinado são elos extremamente rígidos e coesos. Isso assemelha-se muito ao conceito de *subenfeudação*, da época do regime feudal, no qual havia um processo muito forte de ligação entre suseranos e vassallos, algo muito semelhante ao existente no Banco do Brasil, na atualidade. No Banco cada estrutura, diretoria, superintendência, órgão regional ou agência corresponde a um pequeno feudo, no qual o diretor, superintendente ou gerente detém o poder supremo, do bem ou do mal. Fazem o que querem em suas unidades, mas servem subservientemente aos “suseranos” de escalões maiores no cumprimento das metas estabelecidas no poder central para o ATB. Desse modo, quem se colocar contra ou causar constrangimentos ao “bom” andamento do processo do lucro pelo lucro é sumariamente punido. As punições consistem desde perda da possibilidade de ascensão na empresa até a tortura psicológica do dia a dia, na qual a famosa GDP (Gestão do Desempenho Pessoal) é ferramenta afiada a ser usadas pelos “vassallos” de plantão.

Cabe agora, questionar se

isso é o que se espera de um banco público. Será que esse é o destino de uma instituição que representou, e quem sabe poderá representar muito para o País e seu povo? O pensamento fundamental que vem a mente trata de algo diferente e superior daquilo que se assiste hoje no Banco do Brasil. O Banco do Brasil deve mudar, e mudar para um patamar superior, onde possa representar realmente os interesses do povo brasileiro e não de uma “pseudo elite” gestora do Banco que insiste em andar na contramão dos fatos e da história.

2. Um Banco para o Brasil

No contexto atual o Banco do Brasil poderia ser usado como um importante instrumento de execução de políticas econômicas e sociais. Evidentemente, que esse instrumento deverá estar conectado a outras instâncias e instituições governamentais, as quais trabalhariam em conjunto para sanar as inúmeras mazelas econômicas e sociais que ainda afligem o povo brasileiro.

O Banco do Brasil S.A., devido a sua capilaridade e inserção tanto nos grandes centros econômicos como nos mais longínquos rincões do País, poderia levar e executar diversas políticas estabelecidas pelo governo federal. O Banco poderia concentrar em si um conjunto tarefas e programas, centralizando e verticalizando-as em sua estrutura, para posteriormente, descentralizar e horizontalizá-las em parcerias com estados, municípios e entidades econômicas, sociais, educacionais e culturais.

Assim, como o governo federal vem buscando recuperar a capacidade produtiva da economia brasileira, o Banco do Brasil poderia atuar em várias frentes, dentre elas se destacariam: a agricultura familiar, o setor de agronegócio, o setor cooperativo, as micros, pequenas e médias empresas comerciais, industriais e de prestação de serviços, as grandes empresas corporativas, as políticas de capacitação e de desenvolvimento tecnológico e as políticas de desenvolvimento

econômico e social, tanto em nível nacional como local, alicerçadas em parcerias com instituições que desenvolvessem programas de graduação e pós-graduação relacionados ao tema. Contudo, a ênfase desse apoio se concentraria nos pequenos e médios empreendimentos agrícolas, comerciais, industriais e de prestação de serviços.

O Banco do Brasil S.A., agiria nessas frentes através de políticas gerais e específicas de concessão de crédito. No entanto, não se limitaria a apenas repassar recursos a esses segmentos, mas executaria outras tarefas tais como: assessoria, fiscalização da aplicação dos recursos emprestados e, sobretudo, conexão dos diversos agentes econômicos e sociais com as políticas de desenvolvimento do governo federal.

Para tanto, em primeiro lugar é necessário uma mudança de enfoque das políticas desenvolvidas até o momento pelo Banco do Brasil S.A. Nesses últimos 15 anos, o Banco redirecionou sua linha de atuação, tornando-se muito mais uma instituição de varejo, voltada ao mercado, do que uma entidade de fomento. Esse processo, praticamente, descaracterizou o Banco enquanto agente de políticas governamentais, tornando-o um mero captador de recursos e vendedor de produtos financeiros à população brasileira.

Nesse sentido, uma mudança de enfoque não significa, no entanto, que o Banco do Brasil S.A. deixe de atuar como banco comercial, mas que essa não seria sua principal função. A sua função primordial seria a de agente de políticas de fomento ao desenvolvimento econômico e social do governo federal.

Alicerçado nas diretrizes governamentais, o Banco do Brasil S.A. direcionaria recursos para o custeio e o investimento na agricultura familiar, buscando através uma política de crédito mais farta e mais barata, o aumento da capacidade produtiva e, por conseguinte, da renda de milhares de micros, pequenos e médios produtores rurais, o que contribuiria para a sua permanência no campo. Além disso,

poderia auxiliar na execução das políticas de assentamento da reforma agrária do governo federal, via concessão de crédito para custeio e investimento, e na fiscalização e assessoramento da aplicação dos recursos. Dentro da agricultura familiar, o Banco poderia, ainda, alimentar um conjunto de linhas de crédito para a difusão das culturas orgânicas, sem deixar, evidentemente, de financiar as culturas convencionais.

Mesmo enfatizando uma política de proteção à agricultura familiar, o Banco poderia e deveria continuar as atividades negociais e de parceria com o agronegócio. Esse segmento econômico foi e continua sendo um campo importante para o desenvolvimento econômico e social, pois ele possui importantes ligações à montante e à jusante com expressivos setores industriais, comerciais e de prestação de serviços, gerando uma quantidade substancial de renda e de empregos. Assim, se faria imperativo um tratamento aprimorado e substantivo a esse segmento, via linhas de crédito e de produtos e serviços, principalmente, os relacionados à Bolsa de Mercadorias e Futuros – BMF e aos expedientes exportadores. Isso tudo estaria relacionado, também, a busca de saídas às barreiras protecionistas impostas pelos Estados Unidos e União Européia, e ainda, àquelas existentes no âmbito da Organização Mundial de Comércio – OMC (cabe frisar que a agricultura familiar nesses aspectos também receberia o mesmo tratamento).

Para complementar a visão exposta acima, o Banco do Brasil S.A., deveria restabelecer uma antiga parceria com o setor cooperativo, hoje prejudicada pelo grave endividamento de uma parcela significativa desse segmento. O Banco poderia financiar e assessorar as inúmeras cooperativas existentes no País e àquelas a serem formadas. Para isso, bastaria conectar-se às diretrizes traçadas pelo governo federal para o setor, orientando, fiscalizando e acompanhando o desenvolvimento desse importante segmento produtivo e negocial do País. Caberia destacar, ainda, o importante papel das organizações cooperativas

tanto no seio dos produtores rurais, sejam eles ligados à agricultura familiar, ao Movimento do Sem-Terra – MST e ao agronegócio como nos segmentos urbanos. Assim, o Banco estaria exercendo uma importante tarefa nesse setor, promovendo a geração de renda, de empregos e de inclusão social pelo País afora.

Contudo, a colaboração do Banco do Brasil S.A. não estaria restrita aos segmentos ligados à agricultura. O Banco teria um papel fundamental no fomento às atividades industriais, comerciais e de prestação de serviços, notadamente, junto às micros, pequenas e médias empresas. Para elas o Banco prestaria, além do estabelecimento de linhas de crédito, serviços de fundamental importância tais como: assessoramento e acompanhamento de suas atividades produtivas e negociais. Esses procedimentos estabeleceriam laços de parceria que redundariam em menores riscos de retorno dos capitais emprestados como também em excelentes oportunidades econômicas e financeiras para ambas as partes, além da geração de renda e de empregos. Não obstante, o Banco do Brasil S.A. deveria permanecer e fortalecer suas atividades negociais com as grandes empresas corporativas, o que também representaria mais renda e empregos para o País.

Além desse amplo espectro de atuação, o Banco do Brasil S.A., poderia e deveria ser usado como um agente de desenvolvimento econômico e social em outras áreas que em princípio não estariam no centro de sua atuação. Dentre elas, três merecem ser destacadas: o desenvolvimento tecnológico, o desenvolvimento regional e/ou local e o desenvolvimento sustentável.

Em relação a essas áreas, o processo se daria através do estabelecimento de parcerias entre o Banco do Brasil S.A. e as instituições de ensino superior, em consonância com outros órgãos dos governos federal, estadual e municipal, na qual o Banco financiaria programas de graduação e pós-graduação que tivessem como linha

de pesquisa o desenvolvimento econômico e social. Essas parcerias propiciariam a criação de mais recursos e vagas nos programas de pesquisa relacionados ao tema, auxiliando o Ministério da Educação na expansão do ensino superior no País. Mas, além disso, o que seria relevante de destacar está expresso nas relações que se estabeleceriam entre o governo federal, os pesquisadores e os agentes regionais e/ou locais, produzindo uma simbiose nos mais diversos cantos do País através da criação de ações de desenvolvimento sustentável integrado regional e/ou locais, o que geraria melhor distribuição de renda e geração de empregos.

Para a execução de todas as propostas expressas anteriormente, será necessário o aporte de uma quantidade considerável de recursos. Desse modo, o Banco do Brasil S.A. teria que encontrar fontes que lhe suprissem de recursos para a implementação e execução de tais propostas. Num primeiro plano, uma fonte de recursos estaria no próprio Tesouro Nacional. A proposta poderia ser viável a partir da realização de uma reforma tributária com a remodelação da matriz de tributos brasileira, invertendo os pesos dos impostos que hoje concentram-se nos pequenos e médios segmentos da sociedade brasileira para os de grande porte. Com certeza, haveria um incremento significativo das receitas governamentais.

Outra fonte de recursos estaria ligada às atividades negociais do próprio Banco do Brasil S.A. Nessas, o Banco buscaria através da venda de seus produtos e serviços, uma gama de recursos a serem aplicados nas propostas e projetos de desenvolvimento econômico e social do governo federal. Essa proposta já vem sendo executada pela direção do Banco, mas de forma distorcida e abusiva, levando à competição de mercado e à visão do lucro pelo lucro, sem preocupar-se com a questão do desenvolvimento econômico e social (vide o “crime” praticado pela direção do Banco, na gestão Lima Neto, no período agudo da crise de 2008, com a compra de títulos públicos em vez de aplicar os

recursos governamentais na concessão de crédito), e também, ao “estresse” o quadro funcional da instituição.

No entanto, o Banco poderia buscar o aporte de novos capitais para investimento nos projetos do governo federal via captação externa. Isso se daria em duas frentes: a primeira via captação direta no mercado internacional (comercial e financeiro) e a segunda através da parceria com os setores exportadores brasileiros e do MERCOSUL, e ainda, pelo desenvolvimento de produtos e serviços direcionados a esses segmentos. Parte dessas sugestões já estão em curso, porém deve-se verificar como estaria o seu perfil.

Mas as fontes de recursos não estariam limitadas às propostas acima, haveria ainda, a possibilidade do Banco do Brasil S.A., buscar recursos junto aos inúmeros fundos de pensão públicos e privados existentes no País. Além disso, poderia utilizar sua tradição e credibilidade para captar recursos externos dos fundos de pensão existentes no MERCOSUL, União Européia e Estados Unidos. Esses procedimentos consolidariam a inserção do Banco, em nível internacional, possibilitando o surgimento de novas formas de parcerias para o País.

Por fim, haveria uma outra fonte de recursos que ainda não foi explorada e nem sequer vislumbrada pelo Banco do Brasil. Trata-se dos recursos oriundos do petróleo e seus derivados, sobretudo, os do Pré-Sal. Neste aspecto, o Banco do Brasil poderia ter um papel destacado. O Banco poderia ser o gestor do Fundo Pré-Sal que está em discussão no Congresso Nacional. O governo federal discute uma maneira de gerenciar o gigantesco volume de recursos (divisas) que passarão a ingressar no mercado cambial brasileiro, algo que assusta muito as autoridades monetárias. Acontece, que o volume é tão grande que poderá afetar drasticamente a taxa de câmbio brasileira, sem contar o próprio mercado cambial, levando a uma valorização ou apreciação cambial sem precedentes na história do Brasil. Isso poderia afetar a formação e consolidação de uma base industrial

brasileira, pois alimentaria sobremaneira a possibilidade de importações dos mais diversos bens e serviços. A riqueza do Pré-Sal poderia se transformar na pobreza do povo brasileiro.

Desse modo, o governo federal está estudando uma forma de como fazer com que os recursos (divisas) oriundos do Pré-Sal não entrem diretamente no mercado cambial brasileiro, mas através de outros mecanismos. É nesse ponto que entraria o Banco do Brasil. O Banco poderia ser o gestor deste Fundo e fazer a captação das divisas que viriam, inicialmente, para o mercado brasileiro, deixando-as aplicadas fora do Brasil. Elas seriam sacadas, então, quando necessárias e o Banco do Brasil, em vez de convertê-las em reais, faria a troca por títulos da dívida pública, que, então, estariam lastreados pelo Fundo Pré-Sal. Com isso, a dívida pública que hoje pressiona o governo federal, via títulos lastreados na SELIC seria deslocada para o Fundo Pré-Sal. O resultado dessa equação é que a ciranda financeira, na qual os bancos privados exercem grande influência sobre o governo federal e, por conseguinte, o Banco Central, perderia, sensivelmente, sua força. O fluxo do poder monetário seria deslocado para o Fundo Pré-Sal e o crédito se tornaria algo bem mais acessível aos agentes econômicos. Para tanto, seria necessário o resgate do papel de autoridade monetária do Banco do Brasil (papel esse perdido em 1986, com o fim da conta movimento). Assim, o Banco poderia voltar a ser o grande fomentador da atividade produtiva do País, atuando em diversas frentes e mudando definitivamente o caráter de mercado no qual se encontra. Isso, não tiraria a função das demais instituições financeiras públicas ou privadas, mas ajudaria em muito no fortalecimento da economia brasileira, levando-a a patamares muito elevados no cenário econômico mundial.

Contudo, esse papel de gestor dos recursos do Fundo Pré-Sal não precisaria ficar restrito ao Banco do Brasil, ele poderia ser estendido às demais instituições públicas financeiras federais. A Caixa Econômica Federal

poderia, perfeitamente, coordenar os recursos que o governo federal pensa em direcionar para educação, infraestrutura e combate à pobreza. O BASA e o Banco Nordeste poderiam seguir na mesma linha da Caixa Econômica Federal através de políticas pontuais regionais. O importante é que esses bancos federais possam ser usados pelo governo federal para intervirem na economia através de alterações na política monetária e cambial, quando necessário.

Como complemento desta proposta, o Banco do Brasil poderia ter seu conselho de administração democratizado através da participação da sociedade civil organizada. Os representantes dos movimentos sociais e de entidades sindicais poderiam, em conjunto com representantes do governo e de entidades empresariais, fazerem a gestão do processo de fomento da atividade produtiva e social do Banco do Brasil.

Finalizando, essas seriam as propostas e sugestões sobre o papel que o Banco do Brasil S.A., poderia representar para o governo federal. Certamente, com as formulações efetuadas, anteriormente, e outras que viriam a se somar a elas, se poderá ter a construção de um novo e importante instrumento de fomento das políticas econômicas e sociais chamado Banco do Brasil S.A.

*Oscar Graeff Siqueira
Economista, bancário e
professor universitário